

Transcrição de propostas

Audiência Pública para a Construção da Minuta para o Projeto de lei que Cria o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social da Cidade de São Paulo

10 de setembro de 2013

Realizada no Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo (SEE-SP). O vídeo na íntegra pode ser acessado em: www.youtube.com/cgmsaopaulo

Fórum de Transparência, Participação e Controle Social (bloco de 21 minutos)

André: Eu irei falar 3 minutos e deixar dois colegas complementarem. Vou fazer um fazer um histórico e resgatar, bem rapidinho, como tudo começou. O fórum de participação e transparência social começou com a sociedade civil pressionando o então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, com a força de vários movimentos, muitos aqui presentes, o pessoal que esteve junto com a gente na Consocial. E a primeira conferência foi realizada. Em 8 de dezembro de 2010 saiu o decreto e a conferência aconteceu no ano passado. A CGU ficou encarregada, foram mais de 1200 delegados, vários dos aqui presentes estiveram com a gente em Brasília, no centro de convenções Ulisses Guimarães. A primeira conferência da Consocial teve como tema central a sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública. Ela aconteceu de 18 a 20 de maio de 2012.

Durante a conferência, vários grupos apresentaram que ia ficar um *gap*, que ia acabar a conferência e não ia ter mais continuidade. Foi aí que apareceu a figura do Fórum. Pegamos as assinaturas lá, pegamos no Brasil inteiro, em cada estado, e seguimos na luta para deixá-lo sobrevivendo.

(apresenta algumas fotos): Uma foto da Consocial para quem não esteve lá; Próximo; Aqui o Mário, lá, que nos deixa muito contente; Próximo, Aqui as reuniões que nós fizemos, a primeira lá em Brasília, depois na Assembleia Legislativa, depois na Câmara. Várias reuniões do Fórum tentando aí carregar este longo e pesado piano. Próximo. Aí as assinaturas, para ficar registrado, né? O Executivo Municipal delegou para os delegados da Consocial para que levassem em diante este processo. Com isso, nós recebemos lá da SEMPLA, que estava representando o executivo este trabalho de continuar tocando os trabalhos em cima do artigo 17 do regulamento da Consocial. Nós tentamos continuar esse trabalho da Consocial Municipal que o executivo passou para a sociedade civil, e a sociedade está tentando se articular, né? Às vezes ela se rompe, ela se une, mas eu vejo que todos aqui estão com a mesma intenção. Temos vários colegas aqui, sempre em direção ao consenso.

A gente quer a sociedade civil unida. Temos diferenças, temos, mas a gente acorda num ponto: temos que ter um conselho para ajudar a cidade.

Aqui apresentamos nossa primeira minuta pro executivo e para o legislativo. Na assembléia legislativa estava a Ana representando, e na Câmara estava o então presidente, o vereador José Pólíce Neto. Nesta outra o Haddad, quando esteve no Instituto Federal, ele esteve como Candidato, o documento da Consocial, e ele ficou e ler e encaminhar novamente. Na foto ele está assinando como candidato, no dia 24 de Setembro, no dia 24 agora faz um ano. Aqui a justificativa, vou deixar este aí depois pra vocês e vou encerrando por aqui. Pra quem precisar de informações, tudo isso aqui está no site www.consocial.com.br

Allan: A gente queria, então, reafirmar alguns princípios básicos da nossa minuta frente a este apanhado que foi feito do primeiro seminário e que está sendo apresentado aqui como a primeira minuta da Controladoria do Município.

Então pra nós é importante que a redação da primeira minuta que nós construímos coletivamente, como vocês puderam acompanhar aí nas imagens, ele tem que ser deliberativo de fato. E o que é pra nós ser deliberativo de fato? Na definição das suas atribuições, este caráter deliberativo seja reafirmado, e não dissipado com palavras do tipo propor, sugerir. Não adianta você dizer que o conselho tem caráter deliberativo se você não reafirma isso nas atribuições e nas competências do Conselho.

E este conselho tem que ser autônomo, tem que ser permanente, não pode ser um conselho que possa ser revogado, assim como nos temos como exemplo os conselhos tutelares do estatuto da criança e do adolescente, órgão permanente e autônomo. Por isso a importância da eleição dos representantes da Sociedade Civil acontecer em fórum próprio e sob coordenação da sociedade civil. São pontos importantes e distintos entre a minuta, que nós do fórum construímos e estamos apresentando pro debate e pra minuta que a controladoria apresenta como resultado dessa construção coletiva nesse âmbito agora.

A composição tem que ser ampla. É importante que essa composição tenha um número maior de conselheiros por que pra nós é importante que este conselho não delibere apenas em relação ao executivo, mas seja um conselho para toda a cidade, para todos os poderes constituídos no que tange a transparência da participação e controle social.

Pra nós, ao contrário do que foi exposto aqui, é fundamental, sim, que haja a definição já na atribuição do conselho, da competência do conselho, na construção de um sistema municipal de controle social, sim, por que nós temos em outras políticas públicas de outros segmentos setoriais sistemas nacionais em que cada ente federado por sua autonomia dentro do pacto federativo deve, sim, construir os seus sistemas. É claro que considerando, e à luz, do sistema nacional. Então, embora haja a discussão no sistema nacional, nós temos que construir o nosso aqui com autonomia, e nós entendemos que essa seja uma atribuição precípua deste conselho.

É importante que este conselho construa também um plano municipal de transparência e participação e controle social, que estão entre suas competências e entre suas contribuições e é claro, com a nossa própria história de constituição de um fórum de transparência, que essa

consulta não pode ser hermética, não pode ser fechada, mesmo sendo atribuição de um conselho transparente e participativo, ela deve ser feita envolvendo a sociedade com consultas públicas e audiências públicas. Nós entendemos que esta também é uma atribuição do conselho.

A eleição nas conferências é um ponto positivo, que foi reconhecido na minuta que a Controladoria agora apresenta e a gente entende que este é um espaço legítimo, mais transparente e de maior mobilização para a constituição deste processo. Mas nós temos uma divergência de fundo, com relação à restrição das competências do conselho à luz do programa de metas. Por que nós entendemos que é necessário construir um sistema de participação e controle social, porque já existem conselhos que tem caráter deliberativo e que tem legislação própria no plano federal, têm conferências que também são deliberativas e então, portanto, tudo isso tem que ser considerado e nós não podemos simplesmente criar um conselho solto, dentro de todo esse emaranhado de conselhos, ainda mais considerando a criação da cidade de São Paulo, do conselho participativo de representantes das Subprefeituras e o nosso próprio conselho de transparência e controle social.

Nós também estamos propondo a nossa minuta à perspectiva do primeiro mandato este conselho também ter constituído um fundo próprio para que esta autonomia de fato seja garantida, autonomia financeira para que ele possa deliberar medidas, dar eficácia e efetividade às suas medidas, sem ter que depender futuramente de repasses de recursos, seja do executivo, seja do legislativo.

Então inicialmente ele começaria com esse repasse, entendemos que isso facilitaria a tramitação neste momento, mas a perspectiva é da constituição de um fundo. É importante salientar que a diminuição da participação da composição no número de participantes, pra nós, também, ela é relevante e deve ser ampliada, deve ser mantida a nossa proposta original.

A minuta que ora está colocada reduz o número de participantes de conselhos, ela amplia o número de participantes das entidades e na perspectiva do conselho, do sistema de participação, a gente entende que estes conselhos, principalmente os que têm caráter deliberativo, têm que ter acento permanente neste conselho, e propusemos ainda a eleição em rodízio de mais dois representantes dos diversos conselhos da cidade, em foro próprio, a cada eleição. E isso é importante porque o que nós temos percebido, de modo geral, é que os governos tem se apropriado do Estado, e esse espaço público do controle social tem que ser exercido majoritariamente por nós, sociedade civil.

O número de indivíduos não governamentais também é divergente, na minuta propõe ao menos um, se a minha memória não me trai, no nosso caso nós temos a perspectiva da abrangência de dois, não um titular e um suplente, mas dois titulares. Talvez seja importante, também no intervalo, poder colocar a nossa minuta na tela. A diferença das duas composições, a composição por nós proposta e a composição que traz como o resultado nessa minuta. E uma última pergunta que agente gostaria também de ter esclarecida, é por que essas reuniões, elas não aconteceram na Câmara Municipal, já que o legislativo é a casa do povo, já

que é lá que nós vamos travar o debate para consolidar aquilo que nós, democraticamente construímos aqui?

Muito obrigado, agora eu passo a palavra para o Marcelo que vai complementar a nossa intervenção coletiva, obrigado.

Marcelo: Boa noite a todos, boa noite a todas, gostaria de saudar a mesa, saudar também o vereador Pólíce Neto, digníssimo representante do poder legislativo, que falta fazer outros representantes aqui. Da mesma forma, também, não podemos nem reclamar dos vereadores por que o nosso secretário no dia da audiência pública tem outros compromissos mais importantes então, provavelmente os outros vereadores também tenham compromissos mais importantes.

Os meus colegas pedem para que eu pautar exatamente as deliberações que foram tratadas no coletivo, eu busco fazer. Eu realmente tenho uma série de críticas. Rapidamente eu as antecipei na própria lista do fórum de transparência e controle social. Quero saudar a Fernanda pelo trabalho que fez, como bem disse o nosso interlocutor agora pouco, Fabiano, e realmente eu imagino a sobrecarga dela, tanto é que ela não sabe nem que é Fórum de Transparência, Participação e Controle Social, é um pouquinho mais amplo.

De qualquer sorte, eu vejo claramente como uma crítica pessoal, antes de entrar no debate de mérito, é que nós fomos colocados num verdadeiro ferramental de participação popular, ou seja, se vocês já se perceberam disso, essa é a expressão que o poder executivo usa para esta pauta. Nós estamos embutidos num ferramental de participação popular. Quando nos põem num ferramental, eu particularmente tenho grande preocupação.

Eu já dizia isso aqui, por ser um estudioso do Orçamento Participativo - eu estudei o orçamento participativo a partir de sua primeira experiência, lá em Lajes, Santa Catarina, e depois em João Pessoa, que foi citado aqui, que é a segunda experiência de orçamento participativo, a terceira acontece em Pelotas, no interior do Rio Grande do Sul, e depois, o orçamento participativo lá de Porto Alegre que acabasse sendo referência internacional, que é exatamente o meu tema de dissertação de mestrado na Federal de Santa Catarina - então, eu que estudo a questão da participação popular e particularmente do orçamento participativo, eu devo dizer a vocês que estão nos entregando uma coisa tão pobre, mas tão pobre, que aquelas primeiras experiências de 89 eram superiores e mais ousadas do que a administração pública de São Paulo está nos ofertando.

Portanto, nós teríamos que ser os condutores, por que a nossa bandeira diz que nós conduzimos, não somos conduzidos, nós não temos absolutamente nada, com que nós estamos apresentando, a nos orgulharmos de São Paulo e nem mesmo seremos, com isso que temos, referência para o Brasil. É, de fato, do ponto de vista científico, muito pobre o que nos chega. E aí, o esforço todo do fórum de transparência e Controle Social, para que nós possamos pensar aqui, concretamente, um sistema de transparência, participação e controle social.

Então, esta ideia, ela vem junto com essa ideia de dizer “olha, nós aqui não queremos regular a lei de transparência”. Como é que você vai fazer um fórum de transparência. Criar um conselho de transparência, sem considerar a lei de acesso à informação e a regulamentação mínima desta lei para o plano local. Da mesma forma, como nós vemos, o Plano, e particularmente o sistema, ele seria a tradução de uma política, e essa política estaria estribada à partir da conferência municipal de transparência, participação e controle social e a transparência seria o grande catalisador da oitava das pessoas, para que nós possamos nos afastar desses ferramentais que a tecnocracia nos impõe, e quer que nós façamos aplausos como se esse fosse o verdadeiro estado democrático de direito que nós poderíamos ter.

Então, a ideia de um sistema é muito importante que nós a valorizemos e também que nós valorizemos a iniciativa deste projeto de lei pelo poder legislativo por que nós temos que ter vontade de Constituição. Nós não estamos inventando nada, nós estamos alertando pra isso, a lei orgânica é muito clara, e ainda que alguns entendam que nós construiremos um estado de direito sem lei, eu particularmente não consigo imaginar que nós poderíamos pensar numa transparência, participação e controle social que não leve em consideração a lei orgânica, que não leve em consideração o que nossos legisladores de 1990 construíram de forma maravilhosa aqui no município de São Paulo. Única, diga-se de passagem. Até hoje não foi implementada pelos governos que passaram, e tampouco reconhecida pelo governo de plantão.

Então eu vou seguindo aqui, o meu tempo acabou. Só pra concluir esta etapa aqui: Nós estamos trabalhando, já superamos a ideia de decreto e agora o governo já reconhece a importância de que isso seja uma lei. E qual é a diferença disso? A transparência e a participação e o controle social não podem ser o tema de um governo. Isto é uma política de Estado, isto não pode ser uma política de governo. E quem legisla por decreto quer é manter um monopólio de uma condição de guardião de uma ideia. Quem legisla por decreto se comporta como a ditadura se comportou, legislando por decreto. Então, que bom que nós já avançamos para a discussão da lei, agora só nos resta, à luz da lei orgânica do município, implantarmos de fato um sistema, e obviamente aí um conselho que leve em consideração o que a lei orgânica determinou.

Da mesma forma nós queremos deixar claro que a composição do fórum, na proposta do anteprojeto do fórum, que acabou tendo necessariamente que ser todo recortado, por que se não ele não cabia no ferramental que nos impuseram, e isso dá exatamente a dimensão do que eu falo quando eu me refiro à palavra ferramental de participação, e é isso que os colegas têm dito. Eu sou capaz de respeitá-los, por que, como eles reiteraram na outra audiência, e reiteraram agora, eles estão aprendendo, né? E lamentavelmente, a administração pública brasileira serve para que as pessoas aprendam com recursos públicos, quando elas já deveriam saber minimamente o que tem a fazer diante dos desafios concretos da realidade. Mas enfim, esta tem sido a administração, estes têm sido os modelos de administração experimentados. Então nós insistimos que a ideia do fórum é exatamente que nós defendemos um sistema de participação. Transparência, participação e controle social, do nosso ponto de vista essas coisas não se dissociam.

E nós precisamos insistir particularmente que o conselho precisa ser deliberativo. É chegado o momento de darmos a autonomia necessária para a sociedade civil. E se os governos que se dizem de esquerda não são capazes de fazer isso, quem sabe eles atravessem a fronteira na Bolívia, atravessem a fronteira no Equador, atravessem a fronteira no Uruguai, e quem sabe lá eles aprenderão melhor o que efetivamente tem feito hoje, e não sobrecarreguem alguns companheiros, a exemplo da Fernanda, que tem o hercúleo trabalho de fazer uma síntese que é impossível de ser feita a uma mão só. Então nós insistimos com essas ideias mínimas. Deliberativo o conselho, por lei complementar nos termos da lei orgânica do Município, e depois, também vamos insistir na ideia de um sistema de transparência, participação e controle social e passo a palavra ao Allan.

Allan: Duas questões que faltaram, uma com relação ao orçamento. Nós precisamos observar o regramento legal vigente, no caso específico do conselho de assistência social, já existe legislação do caráter deliberativo do conselho, no que tange à proposta orçamentária a ser encaminhada ao legislativo. Então tem que ser considerado isso, no caso da assistência social, o conselho delibera sobre a proposta, aprova ou reprovava o que o executivo encaminha para votação na casa legislativa.

Com relação ao caráter consultivo, por que às vezes aparece, e é o caso aqui da minuta apresentada, deliberativo e consultivo. Nós temos problemas históricos com os conselhos já constituídos por que toda vez que aparece a palavra 'Consultivo', os governos de plantão se acham no direito de dizer no que aquele conselho é consultivo e no que aquele conselho é deliberativo. E nós entendemos, no princípio basilar do direito, que quem pode mais pode menos, então basta fixar o caráter deliberativo, sem precisar mencionar o caráter consultivo. E por último, na composição de novo, mais uma vez, essa minuta apresentada pela controladoria aumenta o número de organizações não governamentais e diminuiu o número de movimentos sociais não instituídos, o que pra nós um pouco inverte a nossa lógica de construção por que nós temos que considerar o movimento de saúde, o movimento da pessoa com deficiência, o movimento da criança e do adolescente, os movimentos que historicamente construíram a participação e o controle social no nosso país. E o idoso, Socorrinho está aqui sempre pra lembrar, Andres precisa de mais um minuto? Venha.

André: Pessoal, em suma é isso que o fórum de transparência, participação e controle social deseja passar pra vocês, mesmo quem não está presente, que vá ouvir depois, né? o que a gente deseja? Que sejamos unidos. Sociedade civil, todos aqui da sociedade civil, sem distinção. Legislativo, executivo, eu sei que o trabalho é grandioso, não dá pra poucos quererem achar que tem a fórmula, nem tampouco o fórum acha que, por que já tem uma minuta trabalhada a anos, que tem que ser ela. Não, dá pra melhorar, mas vamos trabalhar juntos, em parceria. Então a gente conta com vocês, com o Pólíce aí, junto lá no legislativo, com a gente, e vocês aqui, parabéns pelo trabalho. Então não recebam nada como crítica, tudo tem que ser melhorado, tá bom? E parabéns aí à Fernanda, ao Dany, ao Fabiano e ao Mário, e obrigado de vocês estarem aqui, né? Sem vocês, nada aconteceria.

Maria da Guarda Rocha: Boa noite a todos e a todas. Eu peço desculpas de ter pedido pra falar

por último, é que eu gostaria de ver a explanação do André, por que não acompanhei, desde um primeiro momento, essa discussão. Então eu me sinto à vontade pra falar por que eu participei de uma mesa onde esses componentes aqui estavam e eu falei que estava começando agora a participar.

Portanto, as minhas considerações hoje, aqui nesta noite, é o seguinte: eu já tenho meus 70, né? Estou aqui, o tempo é tão importante, os minutos que passam, e nós estamos aqui discutindo uma coisa tão importante, diante de pessoas de cabelos brancos, ali, como o Plínio Rangel, que vem acompanhando, mas tem aqui também os cabelos pretos, né? Que tão dando a força. E eu gostaria de fazer aqui uma observação, reforçando o que foi falado aqui sobre o conselho, que tem que ser deliberativo. Por que eu acompanho uma comissão consultiva e é muito importante que a nível estadual a gente trabalha muito. Eu comecei lá pelos meus 45, toda bonitinha, magrinha, agora já estou velha, estou gorda, mas ainda tenho esperança de ver aquele conselho ser deliberativo. E nós vamos ter a primeira reunião na semana que vem, e nós vamos determinar que vá ser deliberativo. Porque nada consultivo vai pra frente. É só blábláblá, um olhando pro outro, e é tudo muito bonito, mas eu acho que a gente tem que aproveitar.

E dizer o seguinte. Que eu não vejo aqui pessoas com vontade política de ajudar a administrar São Paulo, o Estado de São Paulo. E nós estamos aí com um governo municipal que é um governo do povo, que a gente acredita e queremos, na verdade, tocar essa discussão pra frente, mas já pedindo que cada um abra mão um pouquinho, por que o objetivo de todos nós é contribuir para a boa administração e fazer tudo que for preciso, aquilo que o povo merece.

E eu quero, são só três minutos, terminar a minha fala, não só parabenizando a Fernanda, mas parabenizando também o André, pela explanação tão importante, que deixou muito claro pra nós que esse discussão aqui, nós cidadãos e cidadãs que estamos nesses bancos, não aceitaríamos que fosse mesmo um conselho chapa branca. E eu estou aqui ressaltando a fala do senhor Spinelli, que foi embora. Porque nós somos pessoas sérias, inteligentes, com o objetivo de ajudar a administração do município de São Paulo.

Por tanto, eu pediria aqui, a cada um que saísse daqui, refletindo que nós poderíamos dar o mundo inteiro para alguém que está precisado, mas se não tiver vontade política, de nada adianta o que nós estamos discutindo aqui. Portanto, sairemos daqui com o pensamento positivo, que na próxima nós possamos dar uma volta por cima, cada um abrindo mão, e chegando àquilo que interessa ao objetivo do povo. Muito obrigado e um abraço.

Maria Monções : O que eu estranho sempre, desde o começo, é que um segmento não aparece, certo? E outra, eu tenho muita dúvida sobre este conselho, sobre se é transparente. Nós não temos acesso nas subprefeituras, eu sou de associação, sou do grande conselho do idoso, estou tendo muita dificuldade por que nós não existimos desde o começo, então onde está a transparência? Não vou falar muito, certo? Estou um pouco rouca, mas eu acho que vocês devem ter entendido. Por que o orçamento participativo, eu tenho conhecimento, que lá no Recife, que há muitos anos eu tenho conhecimento da existência, aqui em São Paulo, eu acredito que se consiga, por que, em tanta conferência, onde está o idoso? Nós, que

construímos as lutas, conquistas e tudo? Só que nós nos tornamos transparentes, e eu quero a transparência, e outra, teremos que saber, corretamente, qual é a atitude que vai existir nas subprefeituras, por que eu sou de Itaquera.

Alcione associação comunitária futuro: Boa noite a todos, a todas. Estou feliz, pelo andamento que foi tomado pelo Fórum, eu dei uma fugidinha, mas foi devido a outros compromissos. Eu não vejo a hora de esse conselho ser montando e estar atuando. Por que o nosso governo ainda luta para que haja os conselhos consultivos? E eu acredito que não pode mais haver conselhos consultivos, por que conselho consultivo não adianta de nada. Tanto é que o conselho que está para ser criado, com um orçamento, né? Com um planejamento de orçamento, ele era pra ser consultivo. Estão nos dizendo que agora vai ser deliberativo, foi o que eu falei. Não adianta criar um grande conselho pára os componentes do conselho servirem de palhaços. Porque, se ele não tem poder para deliberar nada, pra que existir?

Diz que é oposição dos vereadores, mas eu disse: Por que oposição dos vereadores? se eles para estarem lá precisam da gente, e para trabalharem também. Por que não trabalhar junto? Nós deliberamos juntamente com eles? Agora, porque ficar com essa de consultivo? Eles fazem o que querem e a população fica a ver navios, fica na necessidade.

Gente, eu não vejo a hora de vocês estarem trabalhando com toda a força.

Eu já falei no fórum a respeito de uma UBS. Suiu agora, e eu estou aqui com o documento da liberação da verba. Pediram-me que eu faça acompanhamento, pra ver se vai ser gasto direito a verba. Mas eu preciso de vocês. Ou vocês me ajudam ou se não, não dá certo. Eu não posso enxergar. Como eu vou poder trabalhar?

Eu preciso da ajuda de todos vocês. Preciso da ajuda da transparência. E não é só em uma área, é em todas as áreas. E é por isso que eu já falo ' gente, a transparência vai existir, e em todos os setores, e eu fico felicíssima em ver que está andando. E é isso só o que eu queria dizer. Obrigado.

Luiz Otávio: Oi, boa noite! Sou Luiz Otávio, sou ING, Indivíduo não governamental. E colega da turma do fórum de transparência, participação e controle social de São Paulo. Veja bem, caso Siemens, esquema que começou a 15 anos. O governo estadual de São Paulo não percebeu. O Governo Federal, e vários outros governos estaduais e municipais também não perceberam. Alguns outros exemplos, de outros casos, Mensalão do PT, Mensalão do PSDB, Caso Rose, Caso Erenice; Caso Cachoeira Delta começou há 16 anos, e ninguém percebeu.

Caso Acef, passou pelas prefeituras de Celso Pitta, Marta Suplicy, José Serra e Kassab. Acef comprou 106 apartamentos e ninguém percebeu nada. Nesses casos e em muitos outros, ficamos ouvindo muitas autoridades dizerem que não sabiam de nada. Fernando Henrique, Lula, Dilma, Alckmin, Aécio Neves, Marina Silva, Eduardo Campos, ministros, CGU, secretários estaduais e municipais etc. Será que é possível acabar com essa tragicomédia? Será que é possível acabar com essa inexistência de um controle social minimamente satisfatório? Com

certeza! Tecnicamente, é fácilimo. Eu sou ouvidor da Receita Federal aposentado, então eu tenho certeza que é fácilimo, tecnicamente.

Para provar que é possível, eu sugiro que, nas próximas reuniões do conselho, sejam reservados pelo menos 20 minutos para o fórum de transparência participação e controle social apresentar propostas, para apresentar, repito, propostas. Claro, pode ser reservado um tempo, também, para propostas de outras pessoas e outras organizações. Muito obrigado. Aquele abraço.

Alice Pelicário: Eu vou ficar com os segundos dele, tá? Brincadeira.

Boa noite a todos, eu sou Alice Pelissário, da rede de apoio á políticas sustentáveis. Quero saudar a todos, a mesa, e a Prefeitura, por ter acolhido a nossa pretensão de conselho de transparência, participação e controle social na cidade de São Paulo.

Então eu queria falar o seguinte, o tempo é tão curtinho, né? Que a lei de acesso à informação, ela tem como objetivo modificar a cultura de sigilo para a cultura de acesso. Então este é o ponto central, este é o caroço da fruta.

E, o que acontece é que o modelo, talvez, de gestão é que está acostumado a exercer um poder de cima pra baixo, e o que as ruas disseram, e o que a Consocial toda no Brasil todo disse é: eu, cidadão que voto, que pago impostos, quero ter o controle sobre o que o gestor público faz, fez, deixou de fazer, pretende fazer com a *res pública*, com aquilo que é público, que é nosso.

Então, o nosso maior desafio vai ser depois do conselho, que tem que ser na cidade, o conselho de transparência e controle social precisa ser uma instância aonde qualquer cidadão, precisando protocolizar um documento, ainda que seja num papel higiênico, assim como é um *habeas corpus*, né? Para a soltura de um preso injustamente, que seja uma instância de emergência de poder implementar um *habeas data* pra, não sei como se diz em latim, mas “*habeas caixa*”, abra-se a informação que nós queremos ter sobre os dados, sobre os documentos que nós queremos ter, que a população quer.

Então o nosso maior desafio de implantar o conselho, vai ser de empoderar o cidadão, para que ele possa se utilizar de um conselho bem constituído para exercer a sua cidadania. E a lei de acesso à informação, ela é só uma lei regulamentadora, mas o direito ao acesso à informação é um direito constitucional, ele é previsto pela nossa Carta Magna, ele é um bem indisponível e é por isso que o nosso conselho, ele precisa ser consultivo, deliberativo, fiscalizador, e ele precisa ser também autônomo e independente. Pra que ele possa funcionar no âmbito da cidade de São Paulo, pra que ele possa ter inserção em todos os poderes e até em relação às ONGS, pois, se existe uma organização que recebe dinheiro público, o cidadão também tem direito de requerer que se abra essa informação. Obrigada.

Vereador José Póllice Neto: A ideia de trazer em alguns segundos só uma leitura, me parece que um pouco de uma convicção, todas as decisões que vêm sendo tomadas pela controladoria, ela vem se revestindo de um esforço muito grande de diálogo com a sociedade,

eu falo isso por que participei de quase todas as reuniões que foram realizadas neste espaço e em reuniões que foram realizadas lá dentro do espaço da administração, e também de diálogos que eu fiz questão de sugerir à Controladoria, ainda sem o perfil da lei, ainda enquanto um decreto, e portanto uma manifesta vontade do prefeito, e tudo caminha para algo que ganhe muita solidez, seja no debate que está sendo realizado aqui, seja no debate posterior, inclusive, seja por uma decisão mais recente do grupo que está aqui na frente, terá o ambiente legislativo no debate.

Então, eu quero na a oportunidade de houve nesta segunda apresentação dessa segunda fase da devolutiva, já que a gente teve uma oferta de um decreto na outra ocasião que aqui nos reunimos, elogiar muito essa forma aberta que na minha opinião tinha que conseguir também, em um outro momento, envolver outros atores, atores que a gente ainda não alcançou. Então você tem um trabalho que talvez esse sim seja poderoso, pros próximos passos, e eu me coloco dentro dele como uma fonte positiva de tentar trazer e envolver outras pessoas, que tenham um diálogo dentro das suas comunidades com essa necessidade da transparência dos setores públicos. E aí insisto que, tanto o executivo, como o legislativo e como o judiciário, eles tem que caminhar nesse processo. No caso do que a gente pode fazer pro município é essa fonte poderosa para o nosso tribunal de contas, a nossa câmara municipal, e o executivo já tem manifestado esse desejo.

Então é juntar os esforços, eu enxergo em todas as falas um caminho natural de encontro e não de divergência. Os detalhes que vem sendo anunciados como tópicos de tensão deste debate são muito pequenos frente à vontade que já está manifesta de ter a transparência, de ter a introdução de controle real da sociedade em cima da política pública e de ter indicadores de desempenho que de fato revelem onde estamos acertando, e que isso sirva de instrumento para corrigir rumos. Acho que essa talvez seja a principal contribuição que eu possa dar no dia hoje, em especial pelos avanços que já posso notar nesses meses que nos separam do primeiro diálogo. Parabéns.

Rede pela Transparência e Participação Social (Bloco de 21 minutos)

Leandro: Boa noite a todos, tentar fazer uma fala brevíssima aqui, que é um convite, não sei se todos já tiveram a oportunidade de ver a plataforma, o site www.controladoriaconsulta.info, que é uma plataforma bem moderna, né? Que é um espaço para construção coletiva pela internet de propostas de minutas etc. Lá está organizado de tal forma que é possível sugerir supressões, modificações e retificar as nossas próprias ideias, a partir de tópicos concretos que estão lá. Talvez valha fazer uma passagem muito breve para estimular talvez a nossa construção em cima de questões concretas que já estão pontuadas lá nessa primeira versão da minuta. E é uma primeira versão da minuta.

Acho que vale destacar que imagino que aquela minuta já está validada pelo governo, então, imagino que, se a sociedade civil não conseguir contribuir com nada a mais em termos concretos, eu imagino que aquela minuta é uma minuta em termos validados. Aquelas questões que estejam lá estejam validadas. Isso quer dizer que se a gente avançar e conseguir propor questões concretas, mais avançadas do que aquelas que estão lá, eu entendo que sim,

André, este é o meu entendimento. Aquilo que foi validado, não é a toa que está lá e já foi chancelado, mas a gente pode avançar com relação ao que está lá.

Então, elementos concretos talvez sejam importantes para a gente fazer esse debate ampliado, nós temos aí mais 20 dias de processo rodando. Então vejam só que está estruturada de tal forma essa minuta que ela tem 5 capítulos estruturais. Ela fala sobre atribuições, composição, colégio eleitoral, processo eleitoral e votação, que é como funciona o conselho e a estrutura dele.

Então vejam só que tem 14 atribuições sobre as quais a gente deve opinar, deve criticar, deve sugerir, se a gente acha que deliberativo é uma virtude em si, não é uma questão deliberativa no vácuo, né? Sobre o que a gente acha que o conselho deve ser deliberativo em concreto? Então eu acho que vale uma leitura atenta e crítica e propositiva sobre o que está lá, para a gente não ficar só num fetiche de que tem que ser deliberativo sobre o nada, ou consultivo sobre tudo, eu acho que não é essa a questão, é deliberativo sobre quais objetos concretos?

A gente já tem muito que acertar lá, mas tem que fazer essa construção lá. Não adianta a gente só ficar numa pulsão para que isso seja feito se a gente não fizer. Tem uma proposta lá a ser criticada. Acho que avançou bastante o que já está lá, eu fiquei bastante surpreso, positivamente surpreso do conselho já ter uma composição que é de 60% de sociedade civil, que não é simplesmente paritário, acho que avança numa coisa muito legal que a gente viu que podia avançar em relação à Consocial, que entende conselheiros municipais e representantes da sociedade civil, não faz sentido conselheiros municipais como representantes do governo.

Tem uma dinâmica de colégios eleitorais que é muito rica, que prevê representantes da sociedade civil nos conselhos, prevê entidades sem fins lucrativos engajadas, prevê movimentos sociais ou coletivos não institucionalizados, comunidade acadêmica e cidadãos ing.

Isso é um avanço muito grande de ser registrado porque o prefeito poderia nomear seguindo sua própria cabeça indivíduos para ocupar esse espaço e teria a mesma legitimidade que teria todos os conselhos que são nomeados pelo prefeito. Isso aqui tem um processo eleitoral por trás, monitorando com colégios próprios para cada segmento. Então eu acho que dá uma legitimidade pra esse processo que é diferente de um prefeito nomeando pontualmente cada conselheiro para a sociedade civil.

Precisamos avançar nisso, tem um colégio eleitoral que nos parece amplo, transparente e com previsão de recursos e uma campanha eleitoral mais ampla do que simplesmente algumas horas num espaço presencial, e um processo de votação que impulsiona uma conferência presencial, então tem uma dinâmica que inova neste sentido. É isso.

Tânia: Boa noite, Primeiro eu queria parabenizar a todos que participaram da minuta e dos que disponibilizaram a minuta através do site, e também a CGM e o município, pela possibilidade efetiva de participação da sociedade. Eu me sinto aqui representada, eu me sinto

aqui possibilitada de falar. Mas eu queria fazer aqui uma fala, talvez no sentido de que o Leandro falou, para tentar avançar. Eu vou trabalhar com a minuta que foi divulgada no site. A primeira coisa que eu queria considerar é que no artigo primeiro, as pessoas estão discutindo muito hoje sobre ele ser deliberativo, no artigo primeiro ele já diz que ele é deliberativo. Ele tem várias funções, inclusive, ele é mais que deliberativo, ele é fiscalizador.

A segunda proposta está no artigo segundo. Sugerir que no artigo segundo, no caput, na cabeça desse artigo, conste que compete ao conselho municipal de transparência e controle social de São Paulo, “entre outras”, e aí colocar quais são as atribuições, e retirar lá no final o inciso quinze que fala, “outras atribuições, eventualmente afetas à sua esfera de atuação”. Desculpe-me, mas eu trabalhei muito tempo em elaboração de minutas, e é de melhor técnica legislativa colocar dessa forma.

A terceira preocupação tem a ver com o artigo terceiro, que trata da composição do Conselho. Existe uma incoerência entre o caput do artigo e os seus incisos e alíneas. O caput diz que são 15 conselheiros e seus respectivos suplentes, só que na hora de colocar quantos são os representantes, ele soma os suplentes e os titulares. Suplente é o que substitui o titular. O conselho é constituído pelos titulares, os suplentes estarão na ausência dos titulares. Então, ao invés de constar “6 representantes da sociedade civil”, na alínea A são “três representantes e seus respectivos suplentes”, A mesma coisa do b, “três entidades e seus suplentes”, “dois movimentos”, “um representante e seu suplente”, é “um movimento e seu suplente”, e no E, “um cidadão e um suplente”. Então, por que assim, uma das preocupações externadas pela mesa - e eu compartilho dela - é que, se o conselho for muito grande, a forma como ele está sendo proposto, além de ser grande, ele vai ser confuso. Tudo bem que está escrito lá, em um dado momento, que o suplente não poderá votar, que ele só tem direito a voz, mas isso pode criar muita confusão durante a reunião, eu ter a participação em conjunto do titular e do suplente, então acho que isso é uma coisa que tem que ser bem pensada, pra que o conselho possa funcionar, e pra que as suas reuniões possam ser produtivas.

A outra questão, Eu não estou dizendo aqui que ele tem que ter menos representantes, eu disse de início que ele tem que ser coerente. Ou tem 15 representantes e aí eu somo pra dar 15, ou ele tem mais, se eu puser nove, aí ele tem mais representantes.

A outra questão que eu queria colocar, que pode ser tanto no artigo onze quanto no artigo 12, faltou dizer qual seria a periodicidade mínima de reunião do conselho, e isso é muito importante que conste na lei, pro conselho ter obrigatoriedade de se reunir ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, uma vez a cada dois meses, mas 2que isso seja uma obrigação legal. Isso pode ser feito lá no artigo 11 ou no artigo 12.

E, no artigo 13, quando fala que o “conselho deverá elaborar seu regimento interno no prazo de 60 dias, a partir da nomeação dos conselheiros”, faltou dizer quem vai nomeá-los, se é o prefeito, se é a CGM, então fica a sugestão pra que se coloque.

E no artigo 14, a mesma coisa, quando diz que “depois de 4 anos, o conselho deve fazer um balanço de sua atuação, e, caso avalie ser conveniente, propor projeto de lei”. O conselho não

propõe, o conselho apresenta uma proposta de projeto de lei, e aí tem que saber a quem ele apresenta, se ele apresenta a CGM, ou se ele apresenta ao prefeito. E eu queria por fim, só parabenizar a prefeitura como um todo e a CGM por terem decidido instituir este conselho por lei. o que vai lhe dar estabilidade, vai lhe dar perenidade e vai tornar as suas competências efetivas. Muito Obrigado.

Airton Góes: Boa noite a todos. Só para registro, Airton Góes, da Rede pela Transparência e Participação Social. Eu queria fazer esse registro aqui, não em nome da rede, mas um primeiro registro, em nome pessoal do cidadão Ailton. Police Neto está aqui. Teve uma participação especial neste processo e vai ter mais ainda quando for pra Câmara, ele é autor da emenda que criou o conselho Participativo Municipal. Fazer esse registro, e teve uma gestão na Câmara, Onde ampliou a transparência daquela Casa, que fez a diferença.

Agora, vamos para a questão da minuta. Nós vamos contribuir aqui com a minuta que foi colocada aqui pela prefeitura, como já foi dito aqui, e fazer algumas contribuições. Onde tem os “Considerandos” - depois eu vou entregar tudo pra vocês por escrito, mas a minha preocupação de anotar, por que eu vou entregar pra vocês por escrito - nós queríamos incluir um considerando que achamos muito importante. “Considerando que a constituição deste Conselho de Transparência e Controle Social foi uma das propostas priorizadas nas três etapas (municipal de São Paulo, Estadual e Nacional) da primeira Conferência de Transparência e Controle Social”. A Consocial foi um momento importante, muita gente veio participar deste processo por causa da Consocial.

Segunda contribuição, no artigo 2, inciso VII, achamos que a redação pode nos trazer problemas, o Conselho talvez não tenha condições de fazer o que está escrito ali. Então, nós estamos propondo uma outra redação, que “o conselho vá informar o Poder Público sobre eventuais descumprimentos de regras de transparência e funcionamento dos espaços e mecanismos de controle social existentes na cidade, fazendo com que chegue ao conhecimento do Conselho de Transparência e Controle Social.” Por que lá está dizendo que nós devemos zelar pelo funcionamento, e acho muito difícil conseguir zelar pelo funcionamento tendo em vista que o funcionamento é uma coisa subjetiva. As pessoas vão chegar e dizer que determinados conselhos não funcionam, e como é que você vai fazer pra resolver isso? Você pode zelar pelas regras de transparência, você pode zelar para que ele efetivamente funcione, mas a gente não pode querer brigar com a realidade.

Das eleições, nós temos um questionamento da comissão das eleições, e ali tem três itens. Da comissão eleitoral, da formação do colégio eleitoral e da votação. Nós temos uma dúvida, inclusive nós debatemos isso na Retps, não chegamos a uma conclusão sobre isso, em relação da dúvida: Da forma que está, e aí a dúvida pra mesa, Nós não corremos o risco de algumas pessoas irem para a conferência, sem fazer todo esse processo de internet e tal, de fazer parte do processo eleitoral e serem impedidas de votar, de participar do processo eleitoral? Da forma que está aqui, acho que fica um pouco essa dúvida. Do funcionamento, nós queríamos só acrescentar aqui, já foi falado, né? Das reuniões mensais. Acho que é importante ter uma redação aqui dizendo que a reunião do conselho seja mensal.

Com relação à composição, né? Nós vimos que a composição está muito próxima da minuta da lei que existe em Londrina que foi citada por várias pessoas aqui como modelo, então ela está muito próxima, com a diferença que lá é 20, aqui é quinze, mas a segmentação está muito parecida, e proporcionalmente, eu acho que ela qualifica o conselho. É isso, muito obrigado. Vagner.

Vagner Diniz, da Retps e também da Rede de Transparência Brasil, elogia E toda a elaboração e à criação do espaço colaborativo para participação, e a nossa participação vai ser exatamente em cima daquilo que está colocado neste espaço colaborativo. Uma coisa que nos chamou a atenção e a gente gostaria de fazer um alerta é sobre um possível conflito de competência. Como é um conselho deliberativo, que se propõe a deliberar sobre políticas de transparência e controle social, e políticas de transparência social tem a ver com participação e hoje, pela legislação a política de participação social ela é de competência da secretaria municipal de direitos humanos e cidadania. Pela legislação, então, só um alerta, não sei se isso já foi verificado, claramente por vocês, mas a gente quer lembrar aqui que há um risco desse conflito de competência.

Segunda coisa que nos chamou muita atenção é a questão mesmo de que o rol de competências do conselho Municipal de Transparência. Aí talvez até valesse a pena mudar o nome para Comitê Executivo Municipal de Transparência e Controle Social, porque se você olha a lista de verbos que está aqui no artigo segundo, fala em monitorar, convocar, organizar, zelar, atuar, fiscalizar, elaborar, aprovar, essas são todas ações executivas, ou seja, não é uma atribuição efetiva de um conselho. O Conselho, como próprio nome diz, é pra aconselhar, mas eu respeito, mesmo que a maioria decidiu por ser deliberativo, e eu acho que eu tenho que dar a mão à palmatória, por que a maioria decidiu por isso. Então eu elogio a mesa ter acolhido a sugestão da maioria. Mas o que me chama muito a atenção é o fato de que os verbos que estão aqui dão ao Conselho Municipal um conjunto de atribuições executivas que é muito difícil que os conselheiros possam executar sem uma estrutura adequada pra isso.

Só que, na legislação, no artigo 9, diz que o Conselho municipal é vinculado à Controladoria Geral, e a ela cabe somente o suporte administrativo-burocrático, então quem pé que vai Organizar, fiscalizar, zelar, executar? São muito complicadas essas atribuições todas, parece-me que tem aqui um desejo muito grande de executar no lugar do poder executivo e não atuar efetivamente como um conselho que delibera para o poder executivo executar.

Então eu chamo a atenção para esse problema de competência e o outro risco que tem no inciso XI do artigo segundo é que fiscalizar o cumprimento da legislação pertinente, e também no artigo VII, que foi citado, “de zelar pelo funcionamento”, pra não correr o risco deste conselho ser uma instância recursal da sociedade. O conselho não tem esse papel de ser uma instância recursal, e do jeito que está colocado, de fiscalizar e de zelar pelo funcionamento de outros conselhos, aparentemente, pode-se chegar a esse entendimento de ser uma instância recursal, e aí nós estaríamos colocando mais um intermediário entre a população e o poder público, Obrigado.

Luciano Santos: Boa noite a todos e a todas, eu queria aqui rapidamente fazer algumas considerações, primeiro eu gostaria de dizer que eu não tenho procuração, eu não tenho necessidade de fazer defesa, mas chamar este governo de governo comparável a ditadura eu acho que é um exagero. E isso acaba colocando um muro intransponível entre nós. Eu acho que a nossa participação tem sido uma participação coerente, democrática, participativa, eu gostaria de citar alguns conselhos, a gente tem o Conselho de Participação, que aí tem uma incoerência enorme, né? Que ele foi criado por uma lei, aprovada na câmara, sancionada pelo prefeito e vetada pelo judiciário com ajuda do Ministério Público, e que agora o prefeito, pra resolver o problema, resolve por decreto.

Então, efetivamente a gente vê como as coisas são complicadas, no processo, não é? Infelizmente o Conselho de Participação está saindo, com um esforço enorme que nós estamos há 10 anos, o vereador Pólíce Neto acompanhou, de um governo que pegou, enfiou na gaveta e nunca mais quis conversar sobre o assunto e agora nós estamos conseguindo desengavetar.

Conselho de Transporte, que está criado, Conselho da Cidade, do qual eu também faço parte, e eu sei que eu não estou dando conta de participar das reuniões, e sinto falta aqui, mais do que dos vereadores, eu sinto falta da sociedade civil. Que acho que é isso que nós temos que trabalhar pra ter a sociedade civil aqui participando pra poder construir este conselho, que realmente é muito importante. Então eu gostaria aqui de fazer estas considerações.

Reconhecendo as dificuldades pela criação da Controladoria recente, as dificuldades todas, a competência das pessoas que estão aqui cuidando deste assunto com respeito e com seriedade, e dizer que estamos aqui para contribuir, para construir e queremos também aprender, é só isso. Obrigado.

Luiz Otávio: Oi, Por um problema de idade, eu esqueci a última folha. Apesar de toda a desgraceira, eu sou um otimista incurável. Assim sendo, coloco-me ao dispor de qualquer organização pública ou privada para, em parceria com colegas do fórum de transparência e controle social, avaliar as propostas que tenciono, se possível for, apresentar nas reuniões do conselho. Eu sou tão otimista que eu até acho que alguém pode se interessar em avaliar essas propostas magníficas de que eu tanto falo. Obrigado

Allan: Proposta de Encaminhamento: Eu fiquei aqui, muito a vontade de debater os pontos divergentes, acho que avançamos com a criação das falas corporativas, das possibilidades de um aprofundamento, das defesas dos pontos de vista, mas eu acho que falta a possibilidade do debate dessas ideias divergentes. Então eu queria propor que no próximo encontro, que pudesse fazer esse debate. Que o fórum de transparência pudesse fazer um debate aberto, direto, com réplica, pra discutir coisa bem básica, pra que a gente pudesse trazer para o conjunto da sociedade um pouco mais de profundidade, do porquê dessas divergências de cores, dessas diferenças de tons, que são legítimas, que são parte da democracia, mas só uma exposição e outra exposição, sem a possibilidade de um diálogo direto, onde a gente possa

nos questionar e aprender mais um com o outro, acho que isso engrandece e faz com que a gente possa aprender ainda mais do que avançamos aqui. Esta é a proposta de encaminhamento.

E o pedido de esclarecimento, é: existem, até onde a gente tem entendimento, duas minutas ainda no site, por que nós reafirmamos a inserção da nossa, para que a gente pudesse continuar, inclusive nesta tribuna, discutindo os pontos de vista que a gente entende importantes. Então eu queria ter esse esclarecimento. Está consignada a inscrição da nossa minuta também no site? Este é o nosso pedido de esclarecimento.

Plínio Rangel Júnior: Meu nome é Plínio Rangel Júnior, e eu sou conselheiro do Grande Conselho Municipal do Idoso. Com muita tristeza eu to vendo que foi suprido, dentro de uma minuta que nós demos como exemplo pra vocês, aquele item que dizia um membro do conselho do idoso. Eu estou achando que o pessoal do governo não tem nem mãe nem pai idoso, poxa vida. Chutam dali, qualquer leizinha tira a gente da jogada. Por favor, hein? Fabiano? Dany? Dá uma força pra gente, cara. Nós precisamos existir. Tá? Obrigado, Obrigado a todos.